

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 18/2011**

Período: 02/07/2011 – 08/07/2011

GEDES – Brasil

- 1- Discurso de ministro da Defesa causa desconforto entre membros do governo
- 2- Ministro da Defesa viaja à Europa para cumprir agenda técnica
- 3- Sigilo de documentos militares e governamentais suscita discussões
- 4- Brasil não poderá exportar tecnologia israelense de veículos aéreos não tripulados para Bolívia e Venezuela
- 5- Documentos revelam que Forças Armadas brasileiras deram ampla atenção a Guerra das Malvinas
- 6- Proteção da embaixada brasileira no Iraque exigirá reforço das Forças Armadas
- 7- Forças Armadas lançarão Centro de Defesa Cibernética
- 8- Militares morrem em acidente durante treinamento com aviões da FAB
- 9- Relator especial da ONU avalia criação da Comissão da Verdade no Brasil

1- Discurso de ministro da Defesa causa desconforto entre membros do governo

De acordo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, participou, dia 30/06/11, da cerimônia de homenagem dos 80 anos de idade do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e alguns trechos de seu discurso causaram desconforto entre os membros do Partido dos Trabalhadores (PT), como por exemplo a frase: "O que se percebe hoje, Fernando, é que os idiotas perderam a modéstia, e nós temos de ter tolerância e compreensão também com os idiotas". A afirmação foi interpretada como uma crítica ao atual governo, entretanto, Jobim esclareceu que estava referindo-se a alguns jornalistas. Outros fragmentos do discurso foram considerados ambíguos, como o elogio ao ex-presidente: "nunca levantou a voz para ninguém, nunca criou tensionamentos entre os que o assessoravam", que foi compreendido como uma comparação entre Cardoso e a atual presidente da República, Dilma Rousseff. Para esclarecer a situação e encerrar o episódio, Nelson Jobim reuniu-se com Rousseff e, posteriormente, com os jornalistas. Todavia, esse evento abriu espaço para que comparações e análises da relação entre Nelson Jobim e Dilma Rousseff emergissem. Segundo a *Folha* o ministro e a presidente não possuem uma relação próxima como a existente entre Jobim e o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. No governo Lula o ministro tinha maior margem de atuação, opinando sobre questões jurídicas, angariando verbas para compra de equipamento militar e auxiliando em missões políticas. Já no governo de Rousseff, Jobim não atua além de matérias concernentes à Defesa. Além disso, sempre ressaltam que foi Lula quem convidou Jobim para permanecer no cargo, o qual aceitou mediante o prazo máximo de dois anos de permanência no Ministério. (*Folha de S. Paulo – Poder – 02/07/11; Folha de S. Paulo – Opinião – 02/07/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/07/11*)

2- Ministro da Defesa viaja à Europa para cumprir agenda técnica

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo* o ministro da Defesa, Nelson Jobim, partiu dia 01/07/11 à Europa para uma viagem com previsão de dez dias. Na Inglaterra, o ministro vai se encontrar com o secretário de Defesa do Reino Unido, Liam Fox, analisará demonstrações de equipamentos de segurança e inteligência destinados aos Jogos Olímpicos de 2012 e visitará a base naval de Portsmouth para averiguar os veículos que a frota britânica enseja fornecer ao Brasil. Já na França, principal parceira do Brasil no que tange aos programas militares que envolvem equipamentos de alta tecnologia, Jobim participará de um seminário internacional que versa sobre economia e segurança. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 02/07/11)

3- Sigilo de documentos militares e governamentais suscita discussões

Conforme veiculado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de acordo com a legislação vigente, documentos oficiais ainda mantidos sob sigilo pelo Governo Federal e pelo Exército já deveriam ter sido divulgados, uma vez que o prazo máximo para manutenção do sigilo expirou em muitos casos. Segundo as normas atuais, arquivos considerados “reservados” podem ficar retidos somente por dez anos. Sendo assim, os documentos referentes aos governos dos ex-presidentes da República, Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e a maior parte do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) já deveriam estar inteiramente disponíveis. Em seu editorial, a *Folha* criticou a retenção dos arquivos destes governos civis. O jornal atenta para os resquícios autoritários da ditadura militar brasileira (1964-1985) ao não divulgarem documentos confidenciais. O projeto de lei, aprovado em 2010 pela Câmara dos Deputados, que altera a classificação dos documentos oficiais e diminui o prazo para manutenção das “reservas de acesso” aos mesmos, é amplamente discutido pelas autoridades governamentais. Conforme aponta *O Estado de S. Paulo*, o senador Fernando Collor manifesta-se contra a Lei de Acesso à Informação. Para abrandar a situação, a atual presidente da República, Dilma Rousseff, encarregou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, de dialogar com Collor. O ministro, embora não tenha conseguido mudar a opinião do senador convenceu-o a não discursar contra o texto aprovado pela Câmara, o qual prevê o prazo de 50 anos para o sigilo de documentos ultrassecretos. Entretanto, alguns documentos poderão permanecer sob sigilo, como o caso daqueles que se encontrarem sob amparo do artigo 19 do projeto de lei, que assevera que não serão expostos relatórios que divulguem operações das Forças Armadas, ou acarretem danos ao trabalho de inteligência, ou ainda que ameacem a soberania e integridade nacionais. O esclarecimento acerca da classificação de artigos referentes ao regime militar ainda encontra-se em suspenso. Esses arquivos versam sobre o tema de violação dos direitos humanos, mas que, à época, foram considerados assuntos de segurança nacional. Segundo a *Folha*, nenhum documento administrado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que controla os arquivos dos antigos órgãos de inteligência, e pelo Exército foi divulgado até o momento. Ao ser consultado, o Comando do Exército informou que não poderia liberar o acesso público aos arquivos do Centro de Inteligência da instituição, pois, tanto o conteúdo dos arquivos, quanto o prazo para possível liberação, encontra-se protegido pela legislação vigente. O Ministério de Defesa, ao referir-se sobre o acervo da

Marinha, afirmou que um levantamento sobre os documentos confidenciais produzidos após a década de 1990 “está em andamento”. Em um trabalho comparativo, a *Folha* abordou as diferentes posições de Dilma Rousseff em relação à Lei da Anistia e ao Sigilo Eterno. No primeiro caso, quando ministra da Casa Civil, a presidente defendia o julgamento de militares envolvidos em crimes durante o regime militar, mas, atualmente, mudou sua posição e a negou para evitar “revanchismos”. Sobre o Sigilo Eterno, primeiramente Rousseff defendia seu fim, mas, após pressões de alguns senadores, a presidente recuou e apoiou a prorrogação dos prazos. Tal posição foi mal vista pela maioria do Congresso, o que fez com que Rousseff voltasse atrás e se posicionasse novamente a favor do fim do sigilo. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/07/11; Folha de S. Paulo – Poder – 04/07/11; Folha de S. Paulo – Opinião – 05/07/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/07/11)

4- Brasil não poderá exportar tecnologia israelense de veículos aéreos não tripulados para Bolívia e Venezuela

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira adquiriu dois veículos aéreos não tripulados (Vants) Hermes 450 da empresa israelense Elbit Systems, com o intuito de monitorar a região amazônica e as áreas fronteiriças. O governo israelense aceitou o pedido de transferência de tecnologia do governo brasileiro, mas sob a condição de que a tecnologia não seja exportada para a Bolívia e Venezuela. Israel teme que o governo destes países repasse a tecnologia ao Irã. Em nota, o Ministério da Defesa declarou que o Brasil respeita as cláusulas de “end user”, que assumem que o país comprador de tecnologia militar será o último a usufruí-la, não a repassando a outros países sem que haja prévia aceitação do país vendedor. O Ministério alegou ainda que o Brasil possui, desde 1990, sua própria produção de Vants, mas que tal compra destina-se a suprir necessidades imediatas. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/07/11)

5- Documentos revelam que Forças Armadas brasileiras deram ampla atenção a Guerra das Malvinas

O jornal *O Estado de S. Paulo* teve acesso a documentos produzidos pela inteligência militar brasileira durante a Guerra das Malvinas, ocorrida em 1982 entre Argentina e Reino Unido. Tais documentos tinham o objetivo de manter as Forças Armadas brasileiras informadas sobre tudo o que ocorria durante a guerra, permitindo sua prevenção contra eventuais desdobramentos em território nacional. O conflito culminou em uma maior exigência de reequipamento, por parte dos militares brasileiros, que temiam o ressurgimento de questões consideradas “solucionadas”, como as fronteiriças e Itaipu. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/07/11)

6- Proteção da embaixada brasileira no Iraque exigirá reforço das Forças Armadas

De acordo com noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a nova embaixada do Brasil no Iraque, que deverá entrar em funcionamento em Bagdá até dezembro de 2011, deve contar com o reforço de militares da Marinha e do Exército, por

se enquadrar entre as representações consideradas de “alto risco”. Além dela as representações brasileiras no Haiti, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Costa do Marfim e República do Congo também possuem militares atuando no serviço de proteção diplomática, com um custo de R\$ 2,6 milhões por ano ao Itamaraty. Com especificidades em cada país, o clima de insegurança presente exige que, além de seguranças privados locais, haja o apoio das Forças Armadas, que atuam na proteção dos embaixadores, suas famílias e as instalações físicas das embaixadas. No caso do Iraque, considerada a ação de maior risco, o principal objetivo é proteger o embaixador Bernardo de Azevedo Brito. . (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/07/11)

7- Forças Armadas lançarão Centro de Defesa Cibernética

Conforme publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas se prepararam para lançar, até o final de 2011, o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), que será responsável por preparar o país contra possíveis ataques no espaço cibernético. Até a década passada, essa área fora considerada um assunto novo pelas forças militares brasileiras e não havia consenso sobre o assunto. Todavia, com a criação do “Cyber Command” estadunidense, em 2009, ideia seguida por outros países como Inglaterra, China e Alemanha, os generais brasileiros não titubearam em reconhecer que cada vez mais as estratégias militares envolveriam recursos cibernéticos. O comando do CDCiber será exercido pelo Exército, mas com o respaldo dos recursos da Marinha e da Aeronáutica. Segundo o *Estado*, a equipe será integrada por cerca de cem oficiais e as instalações serão equipadas com simuladores de guerra cibernética, laboratórios para análise de vírus e um centro de treinamento de incidentes. O coronel Luiz Cláudio Gomes Gonçalves e o general de divisão José Carlos dos Santos são os responsáveis pela implantação do CDCiber. (O Estado de S. Paulo – Link – 04/07/11)

8- Militares morrem em acidente durante treinamento com aviões da FAB

Quatro militares morreram no dia 06/07/11 em um acidente durante treinamento com aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) realizado na cidade de Pirassununga, interior do estado de São Paulo, conforme noticiaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. O treinamento ocorria na área de instrução da Academia da Força Aérea (AFA) e envolveu duas aeronaves T-25 Universal. Em comunicado, o Comando da Aeronáutica informou que investigações para apurar as causas do acidente já foram iniciadas. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/07/11; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/07/11)

9- Relator especial da ONU avalia criação da Comissão da Verdade no Brasil

Em entrevista divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Juan Méndez, relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) Contra Tortura, avaliou que a criação de uma Comissão da Verdade no Brasil é importante, mas que a mesma não deve servir “de desculpa” para que não haja justiça. Méndez afirmou que existe no país uma resistência a tratar do passado, devido às influências de grupos de poder contrários a tal questão. Assim, segundo Méndez, caberia ao Governo Federal superar a dita resistência e julgar crimes

cometidos durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), com isso o país daria mais um passo rumo à consolidação democrática. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/07/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – ww.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)